

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E
RELATÓRIO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES

GRÊMIO NOVORIZONTINO

31 DE DEZEMBRO 2019 E 2018

GRÊMIO NOVORIZONTINO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

Quadro 1 — Balanços patrimoniais

Quadro 2 — Demonstrações dos déficits do exercício

Quadro 3 — Demonstrações dos déficits abrangentes

Quadro 4 — Demonstração das mutações do patrimônio social (passivo a descoberto)

Quadro 5 — Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores, conselheiros e associados do

GRÊMIO NOVORIZONTINO

Novo Horizonte – São Paulo

OPINIÃO COM RESSALVA

Examinamos as demonstrações financeiras do **GRÊMIO NOVORIZONTINO** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do déficit do exercício, do déficit abrangente, das mutações do patrimônio social (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos e possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **GRÊMIO NOVORIZONTINO** (“Entidade”), em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA (CONTINUAÇÃO)

Intangível

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.3, a Entidade reconhece no resultado os valores gastos com a formação de atletas, como por exemplo: alojamento, alimentação, transporte, educação, vestuário, assistência médica, comissão técnica e outros. Conforme resolução CFC 1.429/13, que aprovou a ITG 2003 – Entidade Desportiva Profissional, referidos gastos devem ser controlados por atleta, bem como suas admissões e demissões controladas por competência, e seus respectivos registros realizados na rubrica Intangível no ativo não circulante. Embora a Entidade tenha implementado controles para mensurar referidos gastos, ao longo dos exercícios de 2017 e 2018, os registros contábeis desses eventos permanecem realizados em contas de resultado, e não foram objeto de análise quanto a eventuais impactos de “*impairment test*”, nos termos dos pronunciamentos contábeis CPC 01 – Redução do Valor Recuperável de Ativos e CPC 04 – Ativo Intangível. Dessa forma, não foi possível concluirmos quanto à correta mensuração, apresentação e realização do ativo Intangível, registrado no valor de R\$528 mil (R\$5 mil em 2018), bem como de seus reflexos no resultado do exercício e patrimônio social (passivo a descoberto), em 31 de dezembro de 2018.

Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro

Conforme divulgado na nota explicativa nº 12, a Entidade possui R\$32.296 mil (R\$ 27.467 mil em 2018) registrado na rubrica débitos com Partes Relacionadas, no passivo não circulante, referente a captações de recursos financeiros por meio de contratos de mútuo. Por ser tomadora de crédito, a Entidade é contribuinte do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, entretanto, até 31 de dezembro de 2016 referido imposto não foi retido e recolhido pela mutuante. O total desta obrigação legal não reconhecida é de R\$651 mil (R\$614 mil em 2018). Dessa forma, o passivo não circulante e o patrimônio social (passivo a descoberto) estão apresentados a menor em R\$651 mil, em 31 de dezembro de 2019.

INCERTEZA RELEVANTE RELACIONADA COM A CONTINUIDADE OPERACIONAL

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com o pressuposto de continuidade normal das atividades operacionais da Entidade. Em 31 de dezembro de 2019, a Entidade incorreu em déficits que montam R\$ 3.783 mil (R\$8.711 mil em 2018) e, nessa data, o passivo a descoberto é de R\$33.362 mil (R\$29.579 mil em 2018). Conforme apresentado na nota explicativa nº 1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos apresentados ao longo deste relatório, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar a uma dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.

OUTROS ASSUNTOS

Auditoria dos valores correspondentes ao ano anterior

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins comparativos, foram por nós examinadas, cujo parecer datado de 22 de abril de 2019, continha ressalvas e parágrafo de “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, semelhantes aos descritos neste relatório.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo e apresentação adequada.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTINUAÇÃO)

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Novo Horizonte, 29 de abril de 2020.



Ricardo José Patine Filho
Sócio Diretor
CRC 1SP252050/O-9
Verdus Auditores Independentes
CRC 2SP027296/O-2

QUADRO 1

GRÊMIO NOVORIZONTINO BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2019	2018	PASSIVO E PASSIVO A DESCOBERTO	Nota	2019	2018
			(Reapresentado)				(Reapresentado)
<i>Ativo circulante</i>				<i>Passivo circulante</i>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	695	149	Fornecedores		181	51
Contas a receber	5	1.500	-	Uso de imagem a pagar	9	112	226
Adiantamentos diversos	6	62	92	Empréstimos		27	24
Impostos a recuperar		3	2	Adiantamentos de clientes		48	-
		2.260	243	Obrigações trabalhistas	10	651	438
				Obrigações a executar - subvenção	11	215	130
<i>Ativo não circulante</i>				Outras contas a pagar	13	523	-
Depósito judicial	7	-	1.555	Tributos a recolher		10	7
Imobilizado	8	600	419			1.767	876
Intangível	9	528	5				
		1.128	1.979	<i>Passivo não circulante</i>			
				Débitos com partes relacionadas	12	32.296	27.467
				Outras contas a pagar	13	2.687	1.903
				Provisão para contingências	14	-	1.555
						34.983	30.925
				<i>Passivo a descoberto</i>	15		
				Déficits acumulados		(33.362)	(29.579)
						(33.362)	(29.579)
Total do ativo		3.388	2.222	Total do passivo e passivo a descoberto		3.388	2.222

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 2

GRÊMIO NOVORIZONTINO DEMONSTRAÇÃO DOS DÉFICITS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u> (Reapresentado)
Receita líquida	16	10.576	7.161
Custos	17	<u>(11.514)</u>	<u>(10.891)</u>
Déficit bruto		(938)	(3.730)
Despesas gerais e administrativas	18	(4.273)	(4.692)
Outras receitas operacionais	19	1.654	-
Déficit antes do resultado financeiro		<u>(3.557)</u>	<u>(8.422)</u>
Despesas financeiras		(294)	(349)
Receitas financeiras		<u>68</u>	<u>60</u>
Resultado financeiro líquido	20	(226)	(289)
Déficit do exercício		<u><u>(3.783)</u></u>	<u><u>(8.711)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 3

GRÊMIO NOVORIZONTINO
DEMONSTRAÇÃO DOS DÉFICITS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u> (Reapresentado)
Déficit do exercício	(3.783)	(8.711)
Outros itens de resultado abrangente	-	-
Resultados Abrangentes totais	<u>(3.783)</u>	<u>(8.711)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 4

GRÊMIO NOVORIZONTINO

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PASSIVO A DESCOBERTO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

	Déficit Acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(20.868)	(20.868)
Déficit do exercício	(8.711)	(8.711)
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)	(29.579)	(29.579)
Déficit do exercício	(3.783)	(3.783)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(33.362)	(33.362)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 5

GRÊMIO NOVORIZONTINO

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

	2019	2018
		(Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Déficit do exercício	(3.783)	(8.711)
<i>Ajustes para conciliação:</i>		
Depreciação e amortização	73	61
Provisão para contingências	(1.555)	1.227
<i>Variações nos ativos e passivos</i>		
Redução (aumento) em contas a receber	(1.500)	-
Redução (aumento) em adiantamentos diversos	30	(36)
Redução (aumento) em outros recebíveis	(1)	(2)
Redução (aumento) em depósito judicial	1.555	(1.227)
Redução (aumento) em intangível	(523)	-
Aumento (redução) em fornecedores	130	-
Aumento (redução) em direito de imagem	(114)	226
Aumento (redução) em adiantamento de clientes	48	-
Aumento (redução) em obrigações trabalhistas	213	36
Aumento (redução) em Obrigações a executar - subvenção	85	9
Aumento (redução) em tributos a recolher	3	6
Aumento (redução) outras contas a pagar	1.307	808
	<u>(4.032)</u>	<u>(7.603)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Baixa (aquisição) de ativo Imobilizado	(254)	(62)
	<u>(254)</u>	<u>(62)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Captação (pagamento) de empréstimos com terceiros	3	(19)
Aumento (redução) em débitos com partes relacionadas	4.829	7.718
	<u>4.832</u>	<u>7.699</u>
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	<u>546</u>	<u>34</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	149	115
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	695	149
(Redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa	<u>546</u>	<u>34</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRÊMIO NOVORIZONTINO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 de dezembro de 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Grêmio Novorizontino é uma associação civil sem fins lucrativos tendo seus atos constitutivos registrados no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas, da comarca de Novo Horizonte, SP, sob nº 402, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 04.728.712/0001-82, regida pelo disposto em seu Estatuto Social e pela legislação aplicável em vigor, em especial a Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 (“Código Civil Brasileiro.”), Lei dos Desportos nº 13.155, de 04/08/2015, Lei nº 9615/1998 (Lei Pelé), com as alterações introduzidas pelas Leis nº 12.395/2011 e 13.155/2015, e subsidiariamente pela Lei nº 6404/1976, com principais alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007.

O Grêmio Novorizontino tem por objeto social a finalidade de Clube de Futebol e:

- a) Promover a educação através do esporte a toda comunidade;
- b) Promover o esporte amador e profissional do Município;
- c) Promover atividades culturais e sociais destacando a cidadania;
- d) Difundir dentro das possibilidades materiais da associação a atividade esportiva em suas modalidades rendimento, educacional e de participação, visando sempre o aperfeiçoamento, físico, técnico, tático e a melhoria de qualidade de vida;
- e) Proporcionar aos associados, reuniões de caráter esportivo, social, cultural e recreativo, objetivando congregá-los às suas famílias e criar entre eles os vínculos de estreita e franca amizade;
- f) Promover campeonatos e torneios, ou participar daqueles organizados em entidades a que estiver filiado;
- g) Articular parcerias e convênios com órgãos públicos, municipais, estaduais e federais, e organizações nacionais, internacionais e privadas, para fins de celebração de convênios, captação de auxílio, subvenções e financiamento de projetos sociais nas áreas de assistência à criança e ao adolescente, através de educação, cultura e esporte;
- h) Mobilizar a participação da comunidade através de ações de caráter preventivo e promocional, visando à integração de recursos materiais humanos e financeiros;
- i) O Grêmio Novorizontino tem como cores padronizadas: Branco, Preto e Amarelo,
- j) Promover eventos e promoções para angariar fundos;
- k) Locar espaços em uniformes e praça esportiva;
- l) Ceder sob licença marca, logomarca e símbolos;
- m) Contratar empresa especializada para gerenciar e administrar seu patrimônio intangível e direito.

O Grêmio Novorizontino tem sua sede social instalada na Rua Francisco Alves do Vale, nº 285, Bairro Vila Patti CEP 14.960-000, no município de Novo Horizonte, Estado de São Paulo.

O Grêmio Novorizontino tem sua personalidade jurídica distinta de seus associados e patrimônio próprio formado por:

- a) Patrimônio Econômico: Todos os bens móveis, numerário, aplicações financeiras, instalações, equipamentos, prêmios, marcas, além de símbolos (Bandeira, Flâmula, Hino, Distintivo, uniforme e mascote) tendo como cores padronizadas: Branco, Preto e Amarelo.
- b) Patrimônio Histórico: Composto de acervo de todas as conquistas nos campos esportivo e social, inclusive troféus.

Em 31 de dezembro de 2019, a Entidade apresenta passivo a descoberto no montante de R\$33.362 (R\$29.579 em 2018).

A administração da Entidade tem trabalhado na implementação de medidas para reverter o quadro de capital circulante líquido, o passivo a descoberto e o déficit, entre as quais:

- a) Investimentos nas divisões de base como fonte de talentos;
- b) Elevação da receita com renovação ou negociação de novos contratos de direitos de transmissão, patrocínio e uniforme;
- c) Desenvolvimento de novas parcerias de marketing;
- d) Aumento da receita de jogos por meio de incentivos ao comparecimento da torcida; e
- e) Controle efetivo das despesas e revisão dos investimentos não prioritários.

Tal situação decorre, principalmente, pela incipiente atividade, pois a Entidade iniciou as atividades de desporto em 2010. Além disso, o equilíbrio das contas financeiras deve advir principalmente pelo resultado de venda de atletas em formação na categoria de base, cujo efeito é incerto e, dessa forma, a Entidade é dependente financeiramente de sua parte relacionada I-9 Sports Ltda, que fomenta as atividades da Entidade através de contratos de mútuo, sem prazo de vencimento.

As demonstrações financeiras não incluem ajustes relativos à capacidade de realização e classificação de valores registrados no ativo ou valores e classificação de passivo que possam ser necessários, caso a controladora seja incapaz de continuar suas atividades.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) específicas para entidades desportivas. Estas demonstrações estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidência a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelos conselheiros, diretores e associados e sua emissão foi autorizada em 25 de março de 2019.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, ajustado para refletir a mensuração ao valor justo, quando aplicável. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As áreas que necessitam de um maior nível de julgamento e que possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras são:

- (a) Análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa (quando aplicável); e
- (b) Reconhecimento do ativo intangível e direito de imagem

- (c) Análise de riscos para determinação de provisões, inclusive para contingências advindas de processos judiciais.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

2.5 Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018

Conforme reportado na nota explicativa nº 9, em atendimento ao normativo contábil ITG 2003(R1) e as demonstrações financeiras do exercício anterior estão sendo reapresentadas para refletir a mudança na prática contábil em relação ao reconhecimento do ativo intangível. No quadro a seguir estão demonstrados os efeitos desta alteração nos saldos anteriores.

	NOTA	Saldos		
		Original	Reapresentados	Diferença
Ativo				
Intangível(direito de imagem)	9	1.508	5	(1.503)
Passivo				
Uso de imagem a pagar	9	1.503	226	(1.277)
Efeito líquido (Ativo x Passivo)		5	5	(226)
Déficit do exercício				
Custos	17	(10.665)	(10.891)	(226)
Efeito líquido déficit do exercício		(10.665)	(10.891)	(226)

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Ativos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo por meio do resultado que se equipara ao valor de custo, acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento do exercício.

Contas a receber

O saldo de contas a receber corresponde, substancialmente, aos valores a receber pela negociação de atletas no curso normal das atividades da Entidade. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos é classificado no ativo circulante. Caso contrário, é apresentado no ativo não circulante. O saldo de contas a receber é, inicialmente, reconhecido pelo valor justo e, subsequentemente sendo que as contas a receber de cliente no mercado externo, quando existentes, são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. A constituição ou não de provisão para créditos de liquidação duvidosa – “PCLD” ou *impairment* é de responsabilidade da administração, que faz avaliação individual de cada clube com parcelas em atraso.

(ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo, acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores, empréstimos (saldos bancários negativos), outras contas a pagar e débitos com partes relacionadas.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

3.2. Imobilizado

A Entidade optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Entidade (ii) o ativo imobilizado da Entidade não é um ativo relevante considerando a natureza de suas atividades operacionais que, consistem em clube de futebol.

Os ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Depreciação é calculada de forma linear às taxas fiscais, como segue:

Móveis e utensílios: 10 anos
Equipamentos e aparelhos:..... 10 anos
Computadores e periféricos:.....5 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu “uso” ou “venda”. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

3.3. Intangível

Conforme à ITG 2003 (R1), os direitos de imagem contratuais deveram ser provisionados mensalmente no passivo circulante de acordo com os valores previstos em contratos e não mais no intangível, porém, a norma determina que sejam mantidos os gastos com luvas.

3.4. Formação de atletas

A Entidade reconhece os valores gastos diretamente relacionados com a formação de atletas (alojamento, alimentação, transporte, educação, vestuário, assistência médica, comissão técnica, etc.) no resultado, quando incorridos.

3.5. Apuração de resultado e reconhecimento das receitas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Entidade e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

As receitas são principalmente provenientes de patrocínio em uniformes das equipes de futebol, locação de assentos numerados (cadeiras), locação de espaço do estádio, vendas de ingressos (bilheteria), locação do espaço do bar, doações recebidas e repasse da Federação Paulista de Futebol, sendo esta última de maior peso entre as receitas.

3.6. Distribuição de lucros

A Entidade por se tratar de entidade sem fins econômicos, aplica sua renda, seus recursos, e eventual resultado operacional positivo, integralmente na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais e ou sociais, portanto, não atribui a associados, resultados, dividendos, participações, lucros ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma.

3.7. Avaliação do valor recuperável dos ativos (“teste de impairment”)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Ativos não financeiros (ativos tangíveis e intangíveis)

No fim de cada exercício, a Entidade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Entidade calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

3.8. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, é provável que terá de liquidar a obrigação e quando é possível mensurar de forma confiável o valor da obrigação. Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Entidade que, por via de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indique a outras partes que a Entidade aceitará certas responsabilidades e, em consequência, cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.

3.9. Impostos e contribuições

Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

Em razão de ser uma associação sem fins lucrativos, a Entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000, de 26/03/99, e o artigo 195 da Constituição Federal.

Programa para Integração Social (PIS)

Em razão de ser uma associação sem fins lucrativos, a Entidade está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1%, de acordo com a Lei nº 9.532/97.

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

Em razão de ser uma associação sem fins lucrativos, a Entidade goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03.

Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS)

A cota patronal do INSS é retida e recolhida pelas empresas que proporcionam à Entidade receitas de patrocínio, licenciamento de uso de marcas e símbolos, publicidade, propaganda e transmissão de espetáculos, devida à alíquota de 5% sobre tais receitas brutas. Além disso, também há o recolhimento da alíquota de 4,5% sobre os proventos da folha de pagamento.

4. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa	5	9
Aplicações financeiras (i)	<u>690</u>	<u>140</u>
	<u><u>695</u></u>	<u><u>149</u></u>

Em 31 de dezembro de 2019 as aplicações financeiras estão representadas por quotas de fundo de investimento no Banco do Brasil - BB. Renda Fixa 500, podendo estas ser resgatadas a qualquer momento sem qualquer penalidade ao saldo.

(i) O Aumento na rubrica de é devido a recebimento de cessão de direito federativo de um jogador do clube.

5. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Direitos a receber pela venda de jogadores	1.500	34
Provisão para perdas	<u>-</u>	<u>(34)</u>
	<u>1.500</u>	<u>-</u>

O ativo refere se ao contrato firmado na cessão de direitos federativos de um jogador do clube.

6. ADIANTAMENTOS DIVERSOS

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Adiantamentos a funcionários	<u>62</u>	<u>92</u>
	<u>62</u>	<u>92</u>

Os adiantamentos a funcionários referem se a salários efetuados no dia 20 de cada mês a colaboradores em obediência a acordos coletivos sindicais.

7. DEPÓSITO JUDICIAL

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Bloqueios judiciais	-	1.428
Depósitos judiciais	<u>-</u>	<u>127</u>
	<u>-</u>	<u>1.555</u>

Em 2019 os depósitos foram devolvidos ao clube, devido a homologação da desistência e pedido de exclusão do Grêmio Novorizontino formulado pelo Requerente.

8. IMOBILIZADO

	Saldo líquido 31/12/2018	Adições	Depreciação	Saldo líquido 31/12/2019
Móveis e utensílios	304	64	(52)	316
Equipamentos e aparelhos	80	190	(18)	252
Computadores e periféricos	35	-	(3)	32
	<u>419</u>	<u>254</u>	<u>(73)</u>	<u>600</u>

Os bens do imobilizado são reconhecidos pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada, sendo o valor depreciável apropriado de forma sistemática ao longo de sua vida útil, estimada, com base no CPC 27.

Os ativos foram adquiridos recentemente, em exercícios sociais recentes. A Administração julgou não haver necessidade de realização do teste de *impairment* de seu imobilizado.

9. INTANGÍVEL

Ativo

	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
Direito de uso - CPC 06 (i)	523	-
Direito de uso de imagem (ii)	-	1.503
Marcas e Patentes	5	5
Ajuste conforme Norma (ii)	-	(1.503)
	<u>528</u>	<u>5</u>

Passivo

	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado
Uso de imagem a pagar (ii)	112	1.503
Ajuste conforme Norma (ii)	-	(1.277)
	<u>112</u>	<u>226</u>

(i) Com alteração do pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) Operações de arrendamento mercantil, foi registrado o direito de uso dos contratos de aluguéis que anteriormente eram tratados como “despesas operacionais”, agora como um “arrendamento financeiro” e em contrapartida no passivo conforme nota explicativa nº 13.

(ii) Conforme mencionado na nota explicativa 2.5, as demonstrações financeiras de 2018 estão sendo reapresentadas. Essa alteração se deu por conta do normativo contábil ITG 2003 (R1), que determina que no ativo deverá ser registrado os valores correspondentes a luvas e no passivo contém os direitos de imagem já incorridos (conforme contrato) e luvas a pagar. O direito registrado como ativo é amortizado em conta específica de despesa no resultado do exercício, conforme regime de competência, e a redução do passivo ocorre quando do pagamento das referidas obrigações contratuais.

Em 31 de dezembro de 2019, a Entidade mantém vínculo com 37 atletas profissionais (27 em 2018), entre contratados e atletas emprestados. O percentual de participação nos direitos econômicos dos atletas é assim representado:

Atleta	% Participação nos direitos econômicos	
	Entidade	Terceiros
Luiz Henrique Venancio	100%	0%
Luiz Fernando Venancio	100%	0%
Joao Pedro de Giuli	90%	10%
Gabriel Oliveira Nunes Fernandes	100%	0%
Daniel Junio de Jesus Nascimento	100%	0%
Vinicius Augusto Ribeiro de Almeida	100%	0%
Joao Augusto Carpes da Silva	100%	0%
Pedro Henrique Mantovani Domingos	100%	0%
Adrian Sander da Costa Tinoco	100%	0%
Lucas Henrique Barbosa	90%	10%
Diego Silva Rodrigues	100%	0%
Vitor Matheus Lourenço	90%	10%
João Vitor Fernandes Pinto	100%	0%
Caue Vinicius dos Santos	50%	50%
Leonardo Santiago Barcelar	50%	50%
Elvis Marley Aparecido Bittencourt	100%	0%
Reverson Valuarth Paiva Silva	70%	30%
Christopher Henrique Almeida da Silva	90%	10%
Antonio Everton Sena Barbosa	40%	60%
Daniel de Oliveira Sertanejo	50%	50%
Rogério Sena Assuncao	70%	30%
Vinicius Alessandro Mingotti	100%	0%
Bruno Matias dos Santos	90%	10%
Andrei Ramalho Cassemiro	80%	20%
Jair Diego Alves de Brito	90%	10%
GUILHERME DE JESUS MATOS	100%	0%
Daniel Alves da Silva	100%	0%
Adriano Martins da Fonseca	70%	30%
Vitor Hugo Ferreira Oliveira	80%	20%
Wenison Alves Barbosa	100%	0%
Romulo Azevedo Simao	80%	20%
Gabriel Ferreira Neris	90%	10%
Claudinei Davi Cortes Leme	100%	0%
Mateus Cavalcante Santos	100%	0%
Marcos Henrique Silva Santana	80%	20%
Matheus dos Santos Batista	50%	50%
Erivaldo Almeida Santos Junior	80%	20%

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2019, a Entidade mantinha um total de 96 (88 atletas em 2018) em suas categorias de base, conforme quadro a seguir:

<u>Categoria</u>	<u>N° Atletas</u>
Sub 15	26
Sub 17	38
Sub 20	32
	<u>96</u>

10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Salários a pagar	221	162
Encargos trabalhistas a recolher	95	86
Provisões e encargos	335	190
	<u>651</u>	<u>438</u>

Em 31 de dezembro de 2019 a Entidade possuía um total de 80 funcionários (78 em 2018) registrados sob o regime CLT.

11. OBRIGAÇÕES A EXECUTAR – SUBVENÇÃO

Em 2018 a Entidade recebeu subvenção referente a Lei 927/2016 (lei de incentivo a esportes). Os recursos recebidos por meio desta subvenção devem ser, única e exclusivamente, aplicados em gastos com a formação de atletas das categorias sub-15 e sub-17, estando sujeitos também a análise da prestação de contas a serem encaminhada ao órgão competente.

Nos termos do CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, a Entidade reconhece a receita desta subvenção na medida em que os gastos relacionados ao objeto deste convênio são incorridos e devidamente comprovados documentalmente.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de R\$215 (R\$130 em 2018), representa a obrigação a cumprir da Entidade em relação aos recursos ainda não empregados na atividade fim deste convênio. Enquanto não utilizados, esses recursos ficam mantidos em conta específica de aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2018 a receita e despesa de subvenção relacionada a este convênio totalizou o montante de R\$639 (R\$250 em 2018).

12. DÉBITOS COM PARTES RELACIONADAS

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
I-9 Sports Ltda.	32.287	27.458
Mútuo com pessoa física	<u>9</u>	<u>9</u>
	<u><u>32.296</u></u>	<u><u>27.467</u></u>

Membros da Administração da Entidade são comuns na administração da I-9 Sports Ltda., os quais, pelos poderes de direção e tomada de decisão, tornam a Entidade e a I-9 Sports Ltda. partes relacionadas.

Toda a dependência financeira da Entidade, conforme destacado na nota explicativa n.º 1, foi suprida através de mútuo financeiro com a I-9 Sports Ltda., que mantém um contrato com limite global de R\$35.000 mil, com vencimento em 31 de dezembro de 2021, bem como sem a incidência de juros, por se tratar de uma operação para atendimento do objeto social de desporto, cuja origem do dinheiro também não prevê atualização monetária e decorre dos próprios associados/diretores, repassado pela I-9 Sports Ltda.

13. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Circulante		
Arrendamento a pagar - CPC 06	<u>523</u>	<u>-</u>
	<u><u>523</u></u>	<u><u>-</u></u>
Não Circulante		
Aluguel do estádio e do Centro de Treinamento (i)	<u>2.687</u>	<u>1.903</u>
	<u><u>2.687</u></u>	<u><u>1.903</u></u>

(i) Saldo composto pelos alugueis a pagar pelo uso do estádio Jorge Ismael de Biasi e do Centro de treinamento (CT), cujos direitos de uso do estádio e do CT são da gestora I-9 Sports Ltda. e foram alugados à Entidade por prazo determinado com vencimento em 31 de dezembro de 2020, podendo ser renovado por termo de aditamento entre as partes relacionadas. O valor mensal da locação é de R\$40, que serão reajustados a cada período de doze meses, aplicando-se o índice IPCA. Os saldos em atraso devidos foram corrigidos pela variação acumulada do IPCA, acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês. Em 31 de dezembro de 2019 a despesa com aluguel totalizou o montante de R\$545 (R\$525 em 2018), sendo registrada na rubrica custos.

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2019 não possui saldo provisionados (R\$1.555 em 2018), refere-se à contrapartida dos depósitos recebidos conforme descritos na nota explicativa nº7 – Depósitos Judiciais, e foram constituídos conforme normativo contábil CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes.

Adicionalmente, a Entidade é parte integrante em diversas reclamações trabalhistas originadas em face do Grêmio Esportivo Novorizontino, e não da Entidade (Grêmio Novorizontino), sob o entendimento de sucessão das obrigações trabalhistas entre esses clubes. A Administração julgou pela não necessidade de constituição de provisão por não haver mais probabilidade de que não (*more likely than not*) de futuros desembolsos de caixa, com base na opinião de seus consultores legais.

Em 31 de dezembro de 2019, os processos envolvidos neste contexto possuem natureza trabalhista, no montante de R\$1.313 (R\$3.796 em 2018), cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é possível de perda. Nestes processos, já houve entendimento favorável à Entidade, porém estão no aguardo de julgamento por instância superior.

15. PATRIMONIO SOCIAL (PASSIVO A DESCOBERTO)

O patrimônio social (passivo a descoberto) da Entidade é composto exclusivamente pelos déficits acumulados nos exercícios anteriores e no resultado corrente, o que leva a uma necessidade de caixa que é suprida, em sua totalidade, pelo contrato de mútuo firmado com sua gestora I-9 Sports Ltda.

16. RECEITA LÍQUIDA

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<u>Receita de futebol</u>		
Repasse da federação	4.918	3.928
Negociação e empréstimo de atletas	3.392	1.729
Receita com patrocínios	<u>728</u>	<u>161</u>
	9.038	5.818
<u>Outras receitas</u>		
Vendas de ingressos e bar	899	1.093
Subvenções (nota 11)	<u>639</u>	<u>250</u>
	1.538	1.343
	<u><u>10.576</u></u>	<u><u>7.161</u></u>

Repasse da federação / Venda de ingressos e bar

Em 2019 houve um aumento na cota recebida da federação, assim como a Entidade realizou um número maior de jogos em comparação ao exercício anterior. Dessa forma, houve aumentos significativos nestas rubricas durante o exercício corrente.

17. CUSTOS

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
		(Reapresentado)
Salários, ordenados e outros custos com pessoal	(9.387)	(8.603)
Gastos com jogos	(1.325)	(1.459)
Aluguéis	(545)	(525)
Outros	(257)	(304)
	<u>(11.514)</u>	<u>(10.891)</u>

Salários, ordenados e outros custos com pessoal

Conforme divulgado na nota explicativa nº8 – Intangível, em 2019 houve um aumento significativo no número de atletas, o que resultou em uma despesa maior em direitos de imagem durante o exercício. Adicionalmente, e conforme mencionado na nota explicativa nº 9 – Obrigações trabalhistas, em 2019 também ocorreu um aumento relevante no quadro de funcionários CLT da Entidade.

Reapresentamos o saldo de 2018, devido a alteração da ITG 2003 (R1), no ativo deverá ser registrado os valores correspondentes a luvas e no passivo contém os direitos de imagem já incorridos, conforme divulgado na nota explicativa nº9

Gastos com jogos

Referem-se a gastos diversos relacionados ao departamento de futebol e aos jogos realizados. O aumento ocorrido se deve a um maior número de jogos em comparação ao exercício anterior.

18. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Serviços prestados	(1.419)	(1.523)
Provisão para contingências (nota 13)	(23)	(1.227)
Despesas administrativas	(867)	(777)
Manutenções	(776)	(516)
Salários, ordenados e outras despesas com pessoal	(591)	(205)
Gastos com negociação de atletas	(75)	(130)
Combustível e lubrificantes	(99)	(101)
Depreciação	(74)	(61)
Outros	(349)	(152)
	<u>(4.273)</u>	<u>(4.692)</u>

19. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Recuperação de despesas	77	-
Reversão de provisão de contingências	1.577	-
	<u>1.654</u>	<u>-</u>

20. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<i><u>Receitas financeiras</u></i>		
Rendimentos de aplicações financeiras	65	9
Juros recebidos	3	51
	<u>68</u>	<u>60</u>
<i><u>Despesas financeiras</u></i>		
Juros e multas	(246)	(284)
Despesas e tarifas bancárias	(44)	(57)
IOF	(4)	(8)
	<u>(294)</u>	<u>(349)</u>
	<u>(226)</u>	<u>(289)</u>

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Entidade está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito; e
- Risco de liquidez.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade para cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos da Entidade.

Estrutura do gerenciamento de risco

Apesar de não haver uma política formal, a Diretoria é responsável pelo gerenciamento de risco da Entidade, e os gestores de cada área se reportam regularmente à Diretoria sobre as suas atividades.

A Entidade, por meio de seus procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e suas obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de outros clubes por vendas de atletas estando estas sujeitas aos riscos normais de inadimplência de mercado. Contudo além de todos os métodos tradicionais de cobrança, a Entidade pode acionar em caso de inadimplência o órgão regulador do futebol internacional (FIFA), podendo acarretar em sanções esportivas ao devedor.

Risco de liquidez

É o risco de a Entidade não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria, visando assegurar que exista suficiente para atender as necessidades de suas atividades.

A ausência de liquidez é suprida por empréstimos (mútuos) realizados com a I-9 Sports Ltda. (parte relacionada), a qual mantém o compromisso de manutenção das operações da Entidade, enquanto estas não atinjam o equilíbrio financeiro.

Análise de sensibilidade

Na data-base, a Entidade não apresentou exposição relevante a riscos de instrumentos financeiros, motivo pelo qual não desenvolveu uma análise de sensibilidade.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Entidade não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

22. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Entidade possui contratos de seguro de vida de todos os atletas que compõem o grupo de profissionais, conforme estabelecido pela Lei 9.615/98 e alterações posteriores.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de publicação destas demonstrações financeiras, não ocorreram eventos subsequentes significativos na Entidade, que merecessem divulgações nos termos do normativo contábil CPC 24 - Eventos Subsequentes.

Composição da Administração

Presidente da diretoria executiva

Genilson da Rocha dos Santos

Contador

Fernando Bruni Cardoso
CRC.SP. CT.243969/O-0

* * *